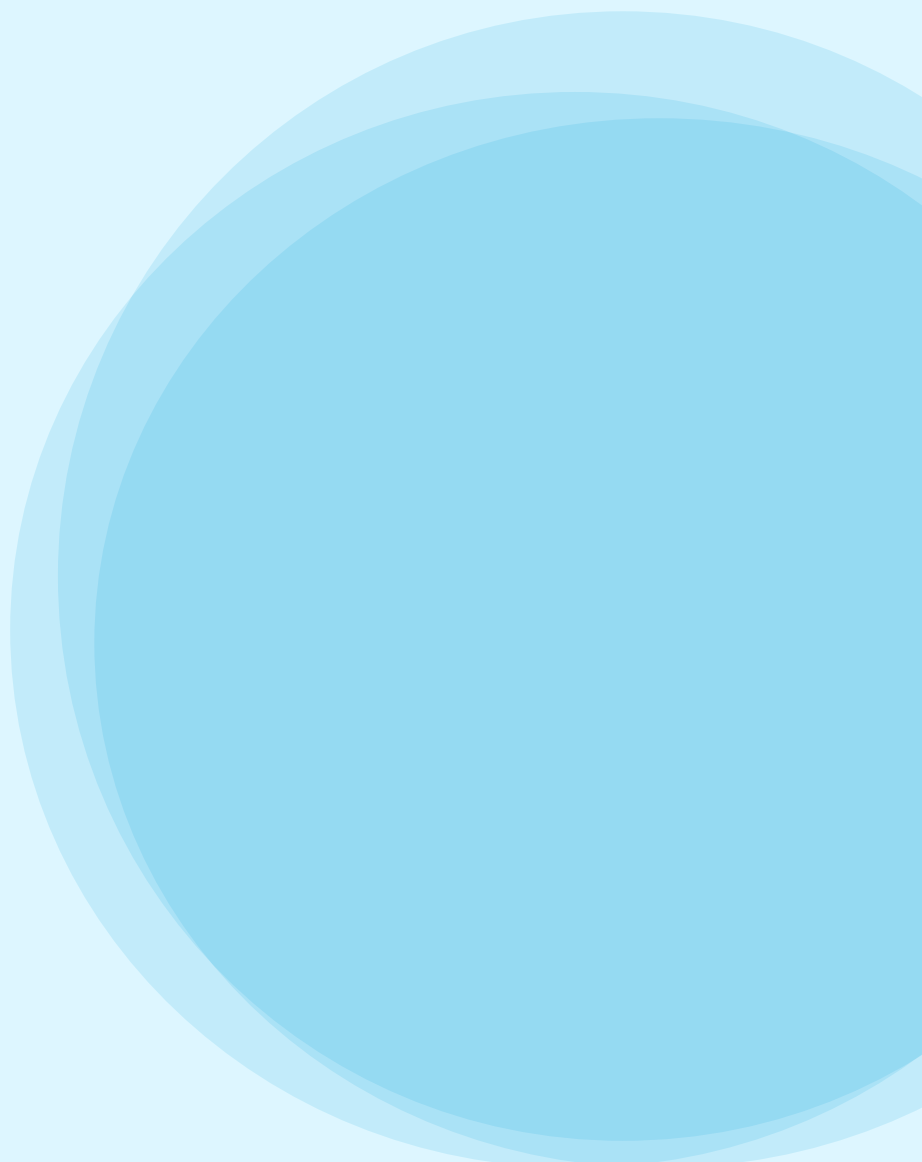


Parecer de Qualificação do Relatório de Avaliação “Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB)”



Projeto: Serviços técnicos especializados de treinamento e desenvolvimento de pessoas em avaliação de políticas públicas.

Produto: Parecer de Qualificação do Relatório de Avaliação “Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB)”

Período de referência: Julho 2021

Parecer de Qualificação do Relatório de Avaliação “Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB)”

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Enap)

SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
1.1 Comentários Gerais	4
Fase 1: Análise do Problema.....	7
Fase 2: Análise do Modelo Lógico	9
Fase 3: Análise de Implementação de Resultados	12
Fase 4: Análise de Governança	13
Fase 5: Análise de Riscos.....	15
2. Referências	17
3. Equipe técnica	18
4. Sobre o FGV EESP Clear.....	20

1. Introdução

O relatório “Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) - Relatório Final De Avaliação Ex-Post” é resultado da assessoria técnica da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) junto à Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério de Desenvolvimento Regional (SNSH/MDR). Esse documento detalha o processo de avaliação ex post da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), executado via assessoria técnica pela ENAP.

No presente documento, conforme solicitado pela ENAP, e como serviço definido no Contrato No 10/2020, celebrado entre essa instituição e o FGV EESP Clear, é apresentada a qualificação desse relatório. Para tal, para além dessa breve introdução, esse documento conta com uma seção de comentários gerais e cinco seções com comentários específicos para cada uma das cinco fases de avaliação, desenvolvidas no âmbito da assessoria técnica..

1.1 Comentários Gerais

O relatório “Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) Relatório Final De Avaliação Ex Post” apresenta a sistematização do trabalho realizado de forma colaborativa, ao longo de quatro meses, com cerca de 20 participantes, pertencentes ao ecossistema institucional da PNSB – e indicados na seção Grupo de Avaliação. O caráter participativo do processo avaliativo deve ser reconhecido e celebrado. Essa característica do processo avaliativo não apenas agrega valor ao trabalho realizado, como também facilita que gestores se apropriem dos resultados desse trabalho e os utilizem na tomada de decisão quanto à PNSB. Para além disso, a participação de diferentes atores é um importante meio para o engajamento de mais atores na temática de monitoramento e avaliação.

No relatório, seria interessante apresentar uma distinção maior entre as reflexões/percepções dos participantes e as considerações da equipe facilitadora. Esta é apenas uma sugestão que facilitaria a leitura de possíveis interessados. Também seria útil apresentar os nomes dos participantes e sua respectiva vinculação institucional – tanto para evidenciar a diversidade organizacional/institucional na composição do grupo envolvido na avaliação, quanto para contextualizar as diferentes perspectivas envolvidas nas reflexões realizadas ao longo das oficinas.

Tal como detalhado na seção Metodologia Utilizada, o processo avaliativo foi conduzido com base na metodologia exposta Guia de Avaliação Executiva Ex Post de Políticas Públicas (Ipea, 2018b). A partir das recomendações desse Guia, foram selecionadas quais seriam as fases da avaliação ex post a serem realizadas no âmbito desse processo avaliativo. Essa definição foi realizada em comum acordo com a SNSH/MDR. Importante destacar que as fases escolhidas são de suma importância para a realização futura de quaisquer outras avaliações ex post; seja uma avaliação de processo ou uma avaliação de impacto, todas se beneficiarão dos resultados das avaliações realizadas no âmbito dessa assessoria.

Para além de três seções introdutórias – com a apresentação da dinâmica do trabalho, do grupo de participantes e da metodologia empregada –, o relatório é composto de uma seção para cada fase da avaliação ex post, contemplada no projeto: (i) análise do problema; (ii) análise do modelo lógico; (iii) análise de implementação de resultados; (iv) análise de governança; (v) análise de riscos. Cada uma dessas seções apresenta um detalhamento do trabalho empreendido em cada fase, a partir de sínteses das discussões, representadas graficamente na plataforma Miro, por meio de quadros e post-its, para as respectivas fases da avaliação. A síntese das discussões empreendidas pelo grupo, com o apoio da assessoria em avaliação, está disponível em: https://miro.com/app/board/o9J_lSkWgks=/. A representação visual do trabalho é muito interessante e permite compreender como este foi extensivo e detalhado, levando em conta diferentes componentes e aspectos da PNSB – a partir das contribuições dos distintos atores envolvidos no processo avaliativo.

É inegável que esse processo levou a um levantamento substancial de informações e reflexões sobre a PNSB. O relatório poderia se beneficiar de uma maior sistematização em cada seção, acompanhada, talvez, de uma análise crítica dos achados de cada fase. Nas próximas seções, apresentaremos, em detalhes, comentários relativos a cada seção.

Dada toda essa riqueza de informações coletadas, e também considerando o trabalho coletivo, um esforço de sistematização dos principais achados e reflexões, após a finalização do processo, seria importante para possibilitar que sejam traçadas recomendações sobre o futuro da política, facilitando, inclusive, o uso dos resultados do processo avaliativo pelos gestores. Essa sistematização poderia indicar, por exemplo, os pontos de melhoria na PNSB, assim como eventuais espaços de dúvidas/ lacunas de conhecimento sobre os desafios da PNSB, que precisariam ser respondidos através de outras avaliações – a serem realizadas posteriormente. Possivelmente, seria recomendável realizar uma avaliação de processo para mensurar a eficácia e a eficiência da implementação; também seria interessante analisar a viabilidade de realizar uma avaliação de impacto dessa política – ou de componentes específicos.

Para enriquecer o processo avaliativo, seria interessante contar com evidências – externas à política ou coletadas nos esforços de monitoramento e avaliação da PNSB. Dados quantitativos e qualitativos, por exemplo, poderiam ser utilizados para aprofundar a caracterização do problema, ou para refletir sobre possíveis dificuldades na implementação. A literatura científica, por outro lado, contribuiria sobremaneira para a discussão das conexões causais presentes no modelo lógico da política.

Por fim, uma seção específica com as siglas – relativas aos diferentes instrumentos previstos na PNSB e/ou aos distintos órgãos envolvidos na estrutura de governança da política – pode ser útil, especialmente para leitores com menor familiaridade com o tema.

Fase 1: Análise do Problema

Nessa fase, foram descritos os diferentes problemas ligados ao desenho ou à implementação da PNSB, a partir de 4 dimensões de análise: (1) Fortalecimento Institucional e Gestão; (2) Gestão de Pessoas, (3) Normas e Regras e (4) Comunicação.

De forma geral, são apresentados diferentes desafios à concretização da PNSB nos termos em que foi concebida, a partir de seu arcabouço legal e suas aplicações. Cada problema ou desafio foi analisado a partir de cadeias causais, considerando as (i) causas dos problemas, (ii) respectivos sintomas e (iii) consequências.

Ao final da seção, consta uma análise dos facilitadores do processo, com uma síntese dos principais pontos que constam nas cadeias causais dos problemas da PNSB, e com “Recomendações e Sugestões para o Ciclo de Planejamento da PNSB”, mencionando de forma sucinta os aspectos passíveis de aprimoramento da política.

Aspectos positivos que podem ser desenvolvidos e/ou fortalecidos em momentos posteriores:

- A diversidade de aspectos e componentes mapeados/identificados na PNSB, por meio do encadeamento de causas, sintomas e consequências (organizados e representados na plataforma Miro), pode ser útil para subsidiar eventual/futura sistematização de análises e recomendações de aprimoramento da política.
- A identificação do problema – definido na página 40 como “Dificuldades (insuficiências) em exercer a ação preventiva plena na gestão de riscos em todo o ciclo de vida das barragens (projeto, implementação, manutenção, operação e descomissionamento) para proteção aos seus usos, à vida e ao patrimônio” – apresenta coerência com o modelo lógico da Política e com o conjunto de aspectos endereçados na Avaliação. Seria interessante que os problemas

apresentados de forma detalhada (para as quatro dimensões analíticas) estivessem articulados – de forma mais detalhada - ao problema geral.

- As principais recomendações apresentadas ao final dessa fase podem compor um quadro-síntese de recomendações e destaques ao final do documento, facilitando o uso e fortalecendo as potenciais contribuições da avaliação tanto (i) para outras avaliações, quanto (ii) para a própria tomada de decisões no âmbito da gestão pública e do desenvolvimento da PNSB.

Pontos de Atenção

- A fase de análise do problema pressupõe a elaboração de um diagnóstico claro do problema que a política pública busca resolver – através da identificação das causas potenciais e da caracterização do problema por meio do uso de dados e evidências (Kusek e Rist, 2004; Ipea, 2018a, ISJN, 2018). Nesse sentido, seria esperado que tal fase da avaliação apresentasse e/ou avaliasse a caracterização do problema que motivou o desenvolvimento da PNSB. A abordagem da avaliação realizada, contudo, priorizou analisar problemas de implementação e/ou falhas na teoria da política pública – o que pode estar associado às necessidades práticas de aprimoramento da PNSB, tendo em vista lacunas em sua concretização. A própria constituição do comitê avaliador (envolvendo formuladores, implementadores e usuários da política) pode ter levado à priorização de uma análise mais aplicada dos desafios de implementação, reconhecendo as complexidades da política pública, conforme sinalizado no próprio relatório de avaliação (pág. 16).
- A título de complementação da rica avaliação desenvolvida pela equipe, poderia ser útil incorporar uma análise de indicadores que viabilizem uma compreensão mais sistematizada do problema que a PNSB visa endereçar. Nesse contexto, seria interessante considerar como tais indicadores evoluíram (ou têm evoluído) no tempo, além de realizar comparações entre regiões brasileiras e/ou contextos internacionais. O uso de indicadores poderia, por um lado, agregar à caracterização do problema em análise, e por outro lado, reforçar a relevância da existência e pertinência da PNSB.

- Seria importante utilizar a literatura acadêmica para validar as conexões causais entre o problema, suas causas e consequências. Poderiam também ser utilizados outros tipos de evidência nesse processo, tal como: relatórios, documentos produzidos com dados administrativos.

Fase 2: Análise do Modelo Lógico

Nessa fase – sobre o Modelo Lógico - seguindo as 4 dimensões de análise (que estruturam todo o relatório de avaliação), foram apresentadas as atividades/processos, produtos e resultados esperados para a política. Assim como na fase avaliativa anterior, os componentes do Modelo Lógico também foram organizados a partir de suas cadeias causais. Em geral, um conjunto de ‘processos’ e ‘atividades’ está atrelado a um produto específico que, por sua vez, tem como desdobramentos diferentes resultados. No relatório de avaliação, cada item de produto funcionou também como um eixo estruturante da avaliação.

Aspectos positivos que podem ser desenvolvidos e/ou fortalecidos em momentos posteriores

- Dado que múltiplos temas foram discutidos e analisados pela equipe avaliadora, as recomendações para o aprimoramento da PNSB poderiam ser sistematizadas e detalhadas para os respectivos tópicos abordados na plataforma do Miro, considerando as quatro dimensões de análise e os componentes da PNSB. Essa sistematização subsidiaria a identificação de encaminhamentos concretos para a PNSB, por parte de gestores e organizações competentes na concepção e implementação da política. Nesse sentido, as principais recomendações apresentadas ao final dessa respectiva fase avaliativa podem constar em um quadro-síntese de destaques ao final do documento, na seção de conclusões.
- Uma análise comparativa, a partir de avaliações de políticas internacionais, ou mesmo no contexto nacional (sobre políticas/programas direta ou indiretamente vinculadas ao setor), poderia aportar importantes reflexões para

essa etapa. A análise dessas outras políticas pode prover insights importantes para propor aprimoramentos para a PNSB.

Pontos de Atenção

- Alguns itens referenciados no Modelo Lógico ao painel denominado “sonhos para o futuro” apresentam alternativas consideradas ideais, no âmbito do melhor desenvolvimento e implementação da PNSB – segundo a perspectiva dos atores envolvidos na execução da avaliação. Poderia ser útil explicitar o papel desempenhado por esse quadro/seção em relação ao conjunto do relatório e ao processo avaliativo de modo geral, para que os leitores do documento tenham uma melhor compreensão de seu intuito (detalhando/esclarecendo as informações já apresentadas em outra fase, na pág. 80 do relatório). Em alguns trechos da análise, certos aspectos considerados ‘sonhos para o futuro’ aparecem de forma vinculada aos elementos do Modelo Lógico, como é o caso de processos/atividades e resultados nas páginas 71, 72 e 73. Como o Modelo Lógico é uma ferramenta para explicitar as atividades e resultados esperados (que se pretende atingir com a Política Pública), pode ser útil (i) explicitar a necessidade de classificar certos elementos como “sonhos para o futuro”, ou (ii) considerar a possibilidade de agregar tais aspectos ao conjunto dos demais elementos do Modelo Lógico de forma geral, no encadeamento de processos, atividades, produtos e resultados.
- No intuito de contribuir para o aprimoramento da análise do Modelo Lógico (Ipea, 2018a) na avaliação da PNSB, são apresentadas algumas reflexões a seguir, especialmente no que diz respeito aos elementos e ao encadeamento/conexão entre esses diferentes elementos propostos - atividades/processos, produtos, resultados:
 - i. Em algumas dimensões de análise, observou-se que certas atividades ou processos poderiam ser considerada(o)s ‘insumos’ da PNSB. Distinguir esses elementos entre ‘insumos’ e ‘atividades’ pode ser útil para maior clareza sobre como a política deve funcionar;

- ii. A organização dos componentes do Modelo Lógico em ‘atividades/processos’, ‘produtos’ e ‘resultados’ – e seu respectivo encadeamento/conexão causal –, em determinadas dimensões analíticas, poderia ser melhor especificado e explicitado. Tal organização poderia fornecer insumos para futuras validações, além de permitir uma análise futura dos objetivos esperados da política versus o que foi concretizado;
 - iii. Pontualmente, em algumas dimensões analíticas apresentadas no Modelo Lógico, certos aspectos indicados como ‘resultados’ também poderiam ser considerados como ‘hipóteses’ necessárias para a produção de diferentes resultados – como, por exemplo, no caso dos elementos descritos na página 54 da avaliação. Da forma similar, alguns elementos representados como ‘resultados’ também poderiam ser considerados como ‘atividades’ (por ex., pág. 60). Reconhecendo que tais aspectos são fruto de um rico/diverso processo participativo, pode ser interessante aprimorar a organização e sistematização (das informações coletadas nessa fase) à luz dos fluxos ou lógicas preconizadas na elaboração do Modelo Lógico (Ipea, 2018a) – preservando-se, em especial, as características, especificidades e potencialidades das Avaliações Participativas (CDC, 2011; Vaessen; Lemire, Barbara, 2020; Unicef, 2020).
 - iv. O relatório pode se beneficiar de um esforço analítico complementar que leve em conta se alguns itens apresentados como ‘produtos’ poderiam ser compreendidos como ‘insumos’ da PNSB, tendo em vista o escopo previsto da Política – como, por exemplo, consta nas análises apresentadas entre as páginas 64 a 70 do relatório.
- Além do próprio conhecimento/expertise dos avaliadores no respectivo setor, também seria interessante referenciar as análises a partir de evidências da literatura acadêmica – validando ou especificando as conexões causais estabelecidas entre produtos e resultados. Como discutido anteriormente,

outros tipos de evidência – para além das presentes na literatura acadêmica – também poderiam ser utilizados nessa validação complementar.

Fase 3: Análise de Implementação de Resultados

Nessa fase, foi realizada uma análise da implementação da política. Para tal, algumas reflexões foram realizadas: (i) os sonhos/desejos dos participantes para a PNSB; (ii) os produtos da PNSB; (iii) para cada produto da PNSB, seus resultados, as causas que são modificadas por esse produto, as causas não relacionadas (problemas que permanecem) e os produtos e resultados desejados para o futuro. Por fim, essa seção finaliza com uma sistematização de propostas para a próxima etapa de planejamento da PNSB e com comentários e com comentários/reflexões dos participantes.

Aspectos positivos que podem ser desenvolvidos e/ou fortalecidos em momentos posteriores

- O processo colaborativo de reflexão sobre os diferentes produtos permitiu uma análise interessante das causas que foram atingidas com a implementação da PNSB. Talvez, uma comparação das causas que são de fato modificadas pela política com a árvore de problemas possa trazer um insumo interessante para reflexões futuras.
- As propostas, elencadas ao final dessa fase, são um ponto de partida importante para planejar o futuro da PNSB. Essas representam um resultado importante do processo avaliativo e é bem interessante que estas tenham surgido com a análise dos produtos atuais e das causas não solucionadas.

Pontos de Atenção

- A avaliação da implementação da PNSB poderia ser enriquecida com uma análise de indicadores relacionados às diferentes etapas do modelo lógico (insumos, atividades, produtos, resultados e impactos). Para cada resultado, por exemplo, poderiam ser elencados indicadores e comparados os valores destes

antes e depois da implementação dos diferentes produtos; realizando, então, uma avaliação de resultados.

- Também seria possível, por exemplo, comparar os indicadores com as metas pré-estabelecidas – caso essas existissem. Esse tipo de análise permitiria compreender se a implementação de fato está ocorrendo tal como planejado.
- Cabe destacar que seria interessante, e importante, contar com indicadores qualitativos nessa etapa que permitissem compreender a qualidade da implementação. A inserção de informações sobre a percepção de diferentes “usuários” em relação à PNSB poderia contribuir e enriquecer para a análise de implementação de resultados.

Fase 4: Análise de Governança

Nessa fase, foi realizada uma análise da governança da PNSB através de uma avaliação de diferentes aspectos da estrutura de governança da política. Esses aspectos foram organizados em três blocos: liderança, estratégia e controle. Para cada aspecto, foi feita uma avaliação que incluía: a avaliação geral desses aspectos (1. “Altamente satisfatória”; 2. “Razoável adequação”; 3. “Deixa a desejar”), três principais problemas e possíveis iniciativas. Para finalizar, foi feito um agrupamento das iniciativas propostas.

Aspectos positivos que podem ser desenvolvidos e/ou fortalecidos em momentos posteriores

- Os aspectos – incluídos na análise de governança – consideram um amplo conjunto de elementos e estão embasados na literatura técnica sobre governança. Em particular, o processo avaliativo considerou as recomendações do Tribunal de Contas da União – referência no tema. Seria interessante trazer, no relatório, uma breve discussão sobre como foi feita a seleção desses aspectos e sua aderência à PNSB.
- O processo colaborativo de avaliação de cada aspecto é muito interessante e traz informações ricas. Uma ideia seria sumarizar todas as avaliações gerais em

um quadro do tipo “semafórico”, possibilitando ao leitor uma rápida compreensão do panorama analisado, a partir das distintas classificações (desde a categoria “deixa a desejar” até “altamente satisfatória”).

- A agregação das iniciativas propostas, ao final dessa fase, permite uma primeira análise conjunta de possíveis recomendações para a governança da PNSB. Tais iniciativas constituem um importante primeiro passo para a elaboração de um plano de ação para melhorar a governança da PNSB.

Pontos de Atenção

Mesmo considerando que o grupo participante da avaliação é parte do ecossistema da PNSB, poderia ser profícuo que o relatório incluísse uma sistematização do sistema de governança, via, por exemplo, uma descrição detalhada dos processos e das estruturas em funcionamento, incluindo a matriz de responsabilidades. Ainda nesse âmbito, a avaliação da governança poderia, talvez, se beneficiar de um levantamento anterior das dificuldades práticas que os gestores da política enfrentam em termos de governança; tais evidências poderiam ser coletadas, por exemplo, via entrevistas ou questionários estruturados.

Outra importante sistematização que poderia contribuir para o processo avaliativo seria a dos diferentes marcos regulatórios, incluindo, talvez, uma análise comparativa destes.

Fase 5: Análise de Riscos

Nessa fase, foi realizada uma análise de até 5 riscos por dimensão. Para cada risco, analisou-se: (i) sua probabilidade; (ii) seu impacto; (iii) o grau; (iv) a necessidade de um plano de contingência; (v) a ação que deve ser tomada pelos gestores da PNSB; (vi) iniciativas nesse sentido.

Aspectos positivos que podem ser desenvolvidos e/ou fortalecidos em momentos posteriores

- A análise de riscos elaborada pela assessoria é coerente com as recomendações preconizadas pela literatura em avaliação (Imas e Rist, 2009; Ipea, 2018a, 2018b), uma vez que foram identificados os riscos, com a abordagem sobre sua probabilidade e considerações que poderão subsidiar uma estratégia de mitigação dos mesmos. O caráter participativo do processo de avaliação da PNSB pode ter contribuído e enriquecido as análises – a partir da diversidade de tópicos discutidos - acerca dos riscos e possíveis ações para endereçá-los.
- Como explicitado no próprio relatório, é preciso, com base na análise dos riscos, desenvolver um plano de gerenciamento destes. O agrupamento das iniciativas é um ótimo ponto de partida para isso, uma vez que identifica possíveis mecanismos ou elementos passíveis de monitoramento e gestão.

Pontos de Atenção

- O uso de indicadores – sejam quantitativos ou qualitativos – poderia enriquecer a análise empreendida nessa seção. Em particular, indicadores poderiam ser utilizados para identificar os riscos presentes. Além disso, a literatura – científica ou não – pode trazer informações importantes sobre possíveis riscos e também formas de mitigação.
- Seria interessante distinguir - no contexto das recomendações de “iniciativas para mitigar os potenciais riscos” - quais indicações provêm de (i) percepções

ou recomendações técnicas dos próprios avaliadores (a partir de suas experiências concretas na implementação ou desenvolvimento da PNSB) e quais provêm de (ii) lições aprendidas e/ou evidências produzidas sobre a implementação dessa política ou políticas correlatas.

2. Referências

Centers for Disease Control and Prevention - CDC (2011) / National Center for Chronic Disease Prevention and Health Promotion, Office on Smoking and Health; Division of Nutrition, Physical Activity, and Obesity "Developing an Effective Evaluation Plan". Atlanta, Georgia.

IMAS, L. G.; RIST, R. The road to results: Designing and conducting effective development evaluations. The World Bank, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2018a) Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1 / Casa Civil da Presidência da República, Brasília.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2018b) Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2 / Casa Civil da Presidência da República, Brasília.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - ISJN. (2018) Guia para avaliar políticas públicas: a política é nova? Avaliação ex ante! Vitória, ES: ISJN.

KUSEK, J. Z.; RIST, R. (2004) Ten steps to a results-based monitoring and evaluation system: a handbook for development practitioners.

Unicef (2020). Minimum Quality Standards and Indicators for Community Engagement.

VAESSEN, J.; LEMIRE, S. BARBARA, B. (2020) Evaluation of International Development Interventions : An Overview of Approaches and Methods. World Bank, Washington, DC.

3. Equipe técnica

Camila Soares

Pesquisadora do Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil (FGV EESP Clear), é economista formada pela Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Minas Gerais (Face-UFMG), com mestrado, também em Economia, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e doutoranda do Programa de Administração Pública e Governo, da FGV EAESP. Como parte do doutorado, foi visiting fellow do Departamento de Sociologia, da Universidade de Harvard, em 2019. Anteriormente, trabalhou como analista na área de Política Pública do Insper, em projetos da Cátedra Instituto Ayrton Senna. Tem larga experiência em políticas públicas, com especial ênfase em avaliação de políticas.

Lycia Lima

Vice-Diretora do Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil (FGV EESP Clear), é doutora em Administração Pública e Governo com ênfase em Política e Economia do Setor Público pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), com período sanduíche no Massachusetts Institute of Technology (MIT) e período visitante na University College London. Mestre em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de Londres (SOAS). Graduada em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professora do curso de graduação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), Coordenadora de Tecnologia e Ensino a Distância da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP), pesquisadora associada do Centro de Microeconomia Aplicada (C-Micro - EESP FGV) e do Centro de Economia e Política do Setor Público (Cepesp/FGV).

Mariana Costa Silveira

Pesquisadora do Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil (FGV EESP Clear), é doutoranda em Administração Pública e Governo pela FGV – EAESP. Possui mestrado em Ciência Política pela USP e bacharelado em Ciências Sociais pela UFMG. Tem experiência em métodos mistos de pesquisa, envolvendo projetos de consultoria em monitoramento e avaliação de programas de interesse público em diferentes regiões no Brasil. Trabalhou no governo do Estado de São Paulo (CDHU), desenvolvendo estudos de diagnóstico e avaliação de programas socioambientais e de habitação social, em parceria com o BID, além de pesquisas de percepção/opinião, análise de redes e partes interessadas. É também pesquisadora do Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB) da FGV-EAESP e já atuou em diferentes projetos de pesquisa nas áreas socioambiental, urbana e de saúde pública.

4. Sobre o FGV EESP Clear

Os Centros de Aprendizagem em Avaliação e Resultados (Clear) constituem uma rede global única e fazem parte de uma estratégia ancorada no Banco Mundial, por meio do Grupo de Avaliação Independente (IEG), com o objetivo de apoiar o fortalecimento das capacidades de avaliação nos países em desenvolvimento e promover políticas públicas baseadas em evidências.

Ao todo, seis centros abrigados em instituições acadêmicas de excelência assistem conjuntamente à Ásia, à África e às Américas e estão localizados na Índia (Sul da Ásia), China (Extremo Oriente), África do Sul (África Anglófona), Senegal (África Francófona), Brasil (África Lusófona e Brasil) e México (América Latina e Caribe). Estes Centros, juntos com a sede Global da Iniciativa Clear, no Banco Mundial em Washington (EUA), atuam em estreita colaboração, constituindo um ecossistema global, regional e local em avaliação, promovendo intercâmbio de conhecimento e melhores práticas em Monitoramento e Avaliação (M&A).

O Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil (FGV EESP Clear) tem sede em São Paulo, Brasil, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), um conceituado *think tank* e instituição de ensino superior dedicado à promoção do desenvolvimento econômico e social brasileiro. O FGV EESP Clear faz parte da Escola de Economia de São Paulo (EESP) como um núcleo do Centro de Estudos em Microeconomia Aplicada (C-Micro), beneficiando-se ainda do ambiente multidisciplinar da FGV, que conta com renomado programa acadêmico em Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP).

O FGV EESP Clear atua em quatro principais eixos na área de M&A que contemplam (i) assistência técnica na implementação de sistemas próprios de M&A, (ii) produção de informações e evidências por meio de estudos e pesquisas, (iii) a realização de treinamentos e capacitações técnicas, bem como (iv) busca difundir o conhecimento técnico da área de forma acessível a profissionais e estudantes. Em todas as atividades

a perspectiva é produzir bens públicos, por isso a prioridade é “fazer junto”, visando transferência de tecnologia e conhecimento. Nossos principais clientes e parceiros estratégicos são governos nacionais e subnacionais, sociedade civil, setor privado e outros desenvolvedores de capacitação em M&A.

